

DESAFIOS DA INCLUSÃO: O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

Laís Gonçalves Vieira ¹

Profa. Dra. Valquíria Carolina Pimentel Sales de Carvalho ²

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre a experiência e os desafios vivenciados com um aluno surdo em uma escola estadual da região oeste de Belo Horizonte, que recebeu extensionistas do PIBID PUC-MG 2022/2023 da área de Língua Inglesa. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” (MEC/SEESP, 2001 página).

E, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é garantida a participação da família e da comunidade na promoção de respostas às necessidades educacionais especiais. Sendo assim, a situação do aluno em questão era dificultosa, pois ele não participava ativamente nas aulas e tinha a suspeita de uma paralisia cerebral que a família se negou a investigar. A falta de participação ativa desse aluno não apenas afeta seu desenvolvimento acadêmico, mas também pode ter implicações a longo prazo em sua vida. Além disso, a relutância da família em investigar possíveis questões de saúde destaca a necessidade de ocorrer uma comunicação eficaz entre a escola e os responsáveis pelos alunos.

Metodologia

O aluno P., de 18 anos, foi acompanhado apenas no primeiro semestre de 2023, pois no segundo semestre, devido à alteração nos horários de aula, a supervisão das turmas do Ensino Médio foi interrompida, ele estava matriculado na turma do 3º EM. O acompanhamento do terceiro ano acontecia todas as quartas-feiras, durante um horário.

O intermédio entre os profissionais e o aluno acontecia por meio de um intérprete que acompanhava o estudante em todos os horários. Alguns extensionistas conseguiam comunicar-se com o aluno P. sem a mediação, devido ao conhecimento básico de Libras adquirido na disciplina Língua Brasileira de Sinais oferecida no quarto período do curso de Letras. Mas,

¹ Graduando do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica – MG, lais.vieira@sga.pucminas.br;

² Valquíria Carolina Pimentel Sales de Carvalho

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa PUC MINAS – MG, valquiria.carolina@gmail.com

mesmo assim existiam dificuldades pelo fato do aluno, na maioria das vezes, falar frases desconexas, como quando estávamos conversando e ele dizia que a pessoa era a mãe dele.

A primeira aula realizada no terceiro ano adotou o formato de uma discussão em roda, na qual se promoveu um diálogo a respeito das experiências de vida dos estudantes, seu histórico em relação à Língua Inglesa, bem como seus interesses e aversões. O aluno P. participou ativamente da conversa, com o auxílio do intérprete, mas dava respostas desconexas. Por exemplo: a pergunta era “O que vocês gostam de comer?”, ele respondeu “Eu viajei com minha vó para a praia”. Na aula seguinte dialogamos com a turma sobre o que gostariam de aprender a respeito do Inglês, o estudante P. não quis se manifestar e permaneceu de cabeça baixa durante todo o horário. O aluno não participava efetivamente das aulas, frequentemente só copiava no caderno de forma aleatória as palavras que estavam presentes no slide e em algumas aulas permanecia de cabeça baixa. Os estudantes da PUC Minas tiveram dificuldades em envolver de forma efetiva o aluno P. nas aulas, por isso, convidaram um professor que ministra a disciplina Língua Brasileira de Sinais. Quando o professor de Libras chegou à escola e dirigiu-se para conhecer o aluno, P. estava dormindo na sala de aula, enquanto sua turma estava tendo aula no pátio. Não foi possível o contato entre o professor da PUC e o estudante, mas ocorreu uma discussão com o intérprete e dois extensionistas.

Referencial teórico

A Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional, no capítulo V-A DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS, em seu artigo 60-A cita:

“Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.” (pagina)

E, em seu parágrafo diz que a oferta de educação bilíngue de surdos terá início na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida. A mãe do aluno em questão relatou à escola que ele frequentou por pouco tempo a aula de Libras oferecida em outra escola, pois, de acordo com a mãe, os profissionais não ensinavam de forma adequada. Desde então, o aluno não recebeu educação bilíngue. Além de ter auxílio do intérprete somente a partir dos 10 anos.

A Constituição Federal de 1988 menciona em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Assim, tanto a família quanto o Estado (por meio da escola) possuem obrigações no que diz respeito à formação educacional do estudante, visando possibilitar o exercício da cidadania e a preparação para o mercado de trabalho.

Resultados e Discussão

Na reunião entre o professor de Libras, o intérprete e os dois extensionistas foi exposto e discutido o histórico e as informações do aluno P. . O estudante teve acompanhamento de intérprete a partir dos 10 anos; nas escolas anteriores foi passado de ano sem ser avaliado de forma adequada; a família não apresentou o laudo à escola; o aluno toma medicamentos para dormir (o que pode ser a causa dele dormir na maioria das aulas); em relação a suas notas, todos os professores dão a média e ao final do ano soma-se 60 pontos. A escola já fez uma reunião com a mãe sobre a suspeita de paralisia cerebral devido a dificuldade do aluno em fazer as atividades e participar das aulas e por se locomover na ponta dos pés e com os joelhos um pouco para dentro. A mãe se negou a investigar e não compareceu com frequência nas reuniões posteriores. O aluno não possui contato com outros surdos, não há surdos na família ou na escola.

O intérprete conduziu a conversa e compartilhou uma atividade diagnóstica que aplicou. A atividade em questão envolvia perguntas diretas e simples. Por exemplo, solicitava que o aluno ligasse a primeira coluna, composta por "Minas Gerais", "Belo Horizonte" e "Coração Eucarístico", com a segunda coluna, que incluía as respectivas categorias de "estado", "bairro" e "cidade". Outra questão solicitava a realização de contas básicas com dois algarismos de adição, subtração, multiplicação e divisão. O P. não soube realizar as atividades, ele apenas fez a soma desenhando palitos. Após o intérprete analisar o desenvolvimento do aluno, chegou a conclusão de que ele adquiriu as habilidades e conhecimentos aproximadamente referentes ao quarto ano do ensino infantil. O aluno tem pouco conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e da Língua portuguesa. Após a discussão, o professor da PUC orientou os extensionistas à produzirem atividades adaptadas com imagens, mas deixou explícito a controvérsia de apresentar mais um linguagem ao aluno que não tem fluência no português e na libras. Sobre os professores da escola, o intérprete nos informou que eles demonstraram resistência em montar o Plano de Estudo Individual e que poucos sabiam alguns sinais de Libras.

Considerações Finais

O aluno P. vai se formar neste ano (2023) no ensino básico regular sem saber com fluência a Libras e a Língua portuguesa. Mesmo tendo acesso à educação, à saúde pública, ao intérprete e à educação bilíngue, no caso dele, a educação não foi efetiva. Tanto por parte da família quanto por parte da escola, infelizmente, houveram negligências. Essa não é a realidade só do aluno P., mas de muitos estudantes do Brasil. Casos assim deixam explícita a necessidade de capacitação dos profissionais da educação (professores, pedagogos, etc) e de uma parceria eficaz com a família. Além da necessidade de refletir sobre as políticas e práticas educacionais envolvendo toda a comunidade educacional para que todos os alunos, independente de suas individualidades, tenha acesso à uma educação com qualidade e com foco no seu desenvolvimento como cidadão.

Por fim, fica a reflexão de qual é o papel da escola e da família na educação e no desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC / SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Ministério da Educação. 9394/1996. BRASIL.